

ANGELICA BERNARDI

**A CONSCIENTIZAÇÃO LINGÜÍSTICA COMO BASE PARA UMA POLÍTICA
DE MANUTENÇÃO LINGÜÍSTICA DO TALIAN EM CHAPECÓ, SC**

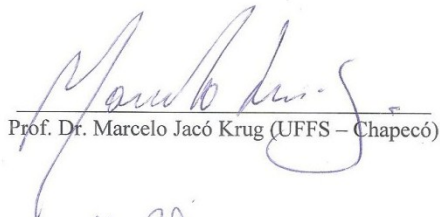
Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras
Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial
para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II, defendido em banca
examinadora em 30/11/2015.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Horst

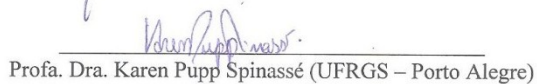


Aprovado em: 30/11/15

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug (UFFS – Chapecó)



Profa. Dra. Karen Pupp Spinassé (UFRGS – Porto Alegre)

Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi (UFFS – Chapecó/membro suplente)

Chapecó – SC, 30 de novembro de 2015.

Reflexões acerca de uma política de manutenção linguística do *talian* em Chapecó, SC¹

Angelica Bernardi²

angelica_bernardi@outlook.com

RESUMO: Compreendemos o Brasil como um país plurilíngue em que, o contato linguístico faz parte da história. Desde a chegada dos europeus, culturas e línguas diversas entraram em contato. Nosso enfoque, porém está no contato das línguas de imigração italiana que chegaram com os imigrantes ao sul do país a partir do final do século XIX. Nos dedicaremos especialmente, a variedade *talian*, variedade que constituiu as comunidades que se formaram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Devido a sua importância, o uso dessa variedade permanece presente em muitas comunidades como aponta uma pesquisa recente de Bortolotto (2015), demonstrando, inclusive que em nossa comunidade de pesquisa, Chapecó – SC, o *talian* ainda é falado como língua da família, no contexto doméstico, mas que a tendência é a substituição pelo português. A partir dessa constatação, surgiu nosso questionamento, se algo poderia ou deveria ser feito em favor do *talian*. Diante disso, elaboramos nosso trabalho em que, pretendemos promover uma reflexão acerca de uma política de manutenção linguística da variedade *talian* no município de Chapecó – SC. Iniciaremos essa pesquisa descrevendo e analisando dados extralinguísticos coletados pelo projeto Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCF-OE). O *corpus* do nosso trabalho é composto por 13 questões, em que identificamos o que pensam e qual o sentimento dos falantes em relação à língua da família. Em seguida, a partir da análise desses dados, percebemos a relevância da manutenção linguística do *talian* e, ao final, propomos estratégias de política linguística *in vivo*, de acordo com Calvet (2007), em prol da manutenção linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística; manutenção linguística; contato linguístico; português-*talian*.

Introdução

Poucos sabem, mas o Brasil é um país plurilíngue, segundo dados do IBGE (2010), existem no país 274 línguas indígenas e, de acordo com Altenhofen (2013),

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientadora Profa. Dra. Cristiane Horst.

² Acadêmica da 8ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó.

cerca de 56 línguas alóctones³. Contudo, o Estado brasileiro instituiu, no artigo 13 da Constituição de 1988, a língua portuguesa como única língua oficial, reforçando a ideia de país monolíngue, excluindo, apagando as outras línguas e dificultando o acesso aos direitos linguísticos dos falantes.

Apesar dessa diversidade linguística ainda presente no país, as políticas linguísticas no Brasil sempre foram criadas no sentido de firmar a nação como monolíngue, desde a proibição da Língua Geral no século XVIII, até a proibição das línguas de imigração durante o Estado Novo. Mesmo assim, como citamos anteriormente, algumas línguas resistiram e continuam presentes em algumas comunidades. A concepção sobre as línguas começou a mudar e o valor das línguas indígenas já lhe é atribuído, porém, de acordo com Altenhofen (2004):

“as questões ligadas às línguas de imigrantes talvez sejam as que mais se encontram em aberto, no contexto brasileiro, tanto em termos da necessidade de uma educação mais adequada às situações de bilingüismo, quanto em relação à própria defesa dos direitos linguísticos e à carência de pesquisas que dêem conta da complexidade das relações sociais e linguísticas presentes nessas áreas.” (ALTENHOFEN, 2004, p. 83).

Pretendemos, de certa forma, contribuir com esses aspectos destacados pelo pesquisador e, por isso, nos propomos neste trabalho, a discutir algumas questões relacionadas às línguas de imigrações, especialmente, o *talian*. Para isso, estabelecemos como **objetivo geral** de pesquisa promover uma reflexão a favor de uma política de manutenção linguística do *talian* no município de Chapecó, SC. Para cumprir esse objetivo também elaboramos três **objetivos específicos** que contribuirão com o desenvolvimento da pesquisa sendo eles:

- a) descrever e analisar dados sobre a comunidade de pesquisa;
- b) identificar a relevância da manutenção da variedade *talian* em Chapecó;
- c) propor estratégias a favor de uma política de manutenção linguística do *talian* na comunidade de pesquisa.

Para realizar esse estudo, trabalharemos com uma amostra do *corpus* do banco de dados do projeto Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCF-OE), desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul.

Justificamos a relevância de nossa pesquisa por diversos fatores, começando por ser uma maneira de demonstrar a diversidade linguística brasileira. Pois, geralmente,

³ Alóctones – línguas de fora do país, como por exemplo, as línguas de imigração.

nós nos orgulhamos de dizer que o Brasil é um país multicultural, com diferentes cores, diferentes crenças, diferentes formas de viver, porém parece que ainda não conseguimos admitir a diversidade linguística. Tendemos sempre a relacionar língua portuguesa a ser brasileiro, em uma visão reducionista: uma nação, uma língua. Mas, e as tantas pessoas que não tem o português como língua materna⁴? E as tantas línguas em contato em todas as regiões do país? O que fazer com elas? “Esquecer”, não admitir, não permitir, proibir? Foi nessa direção que sempre caminhou a política linguística no Brasil.

De acordo com Raso, Mello e Altenhofen (2011), o Estado, buscando uma brasilidade, elegeu a língua como ferramenta para isso e dizimou grande parte das outras línguas que existiam no país. Como exemplo, podemos citar a lei criada no século XVIII por Marquês de Pombal que proibia o uso da Língua Geral⁵ e instaura a língua portuguesa como língua oficial e obrigatória, mesmo que a maioria da população não a dominava e nem teria acesso a escolas que a ensinassem. Posteriormente, nesse mesmo sentido, durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as línguas de imigração são proibidas devido à política de nacionalização da Era Vargas, essa política atingiu, principalmente a região sul do país, onde se encontra nossa comunidade de pesquisa.

Atitudes como essas são exemplos de como as políticas linguísticas foram conduzidas no Brasil, como forma de repreensão e apagamento. Contudo, apesar de todos esses “traumas linguísticos”, ainda percebemos a presença de outras línguas no país. Como já citamos anteriormente, demonstrando que diante de tudo, a língua ainda resiste, apesar de que muitas dessas línguas contam com poucos falantes.

Com políticas nacionais voltadas para a questão indígena, a situação dessas línguas mudou um pouco e, atualmente, elas já são reconhecidas, tendo ações que permitem o uso dessas línguas e o ensino formal nas escolas das comunidades de uso,

⁴ Consideramos língua materna um conceito dinâmico, que como aponta Altenhofen (2002), [...]varia conforme um conjunto de traços relevantes, válidos para um determinado momento da vida do falante, os quais englobam a) a primeira língua aprendida pelo falante, b) em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual c) compartilha usos e funções específicas, e) apresentando-se porém geralmente como língua dominante, f) fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, e, por isso, d) provida de um valor afetivo próprio. Em relação ao bilinguismo precoce e simultâneo, é pertinente admitir a possibilidade de falantes com duas línguas maternas, apresentando um domínio equivalente em cada língua [...]” (ALTENHOFEN, 2002, p. 159)

⁵ língua de base tupi que era usada por indígenas e portugueses na comunicação.

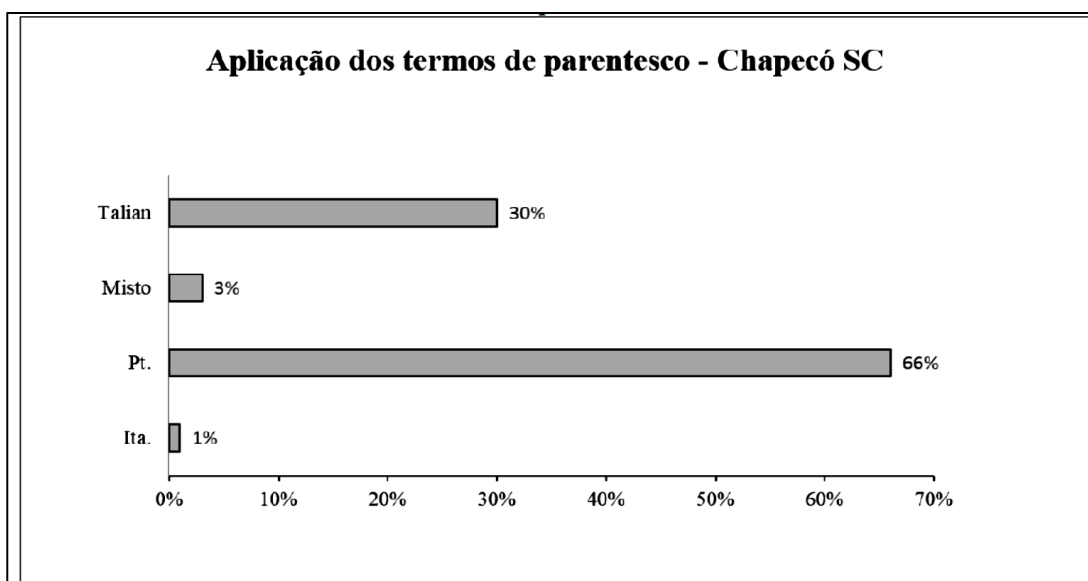
contribuindo para a manutenção. No entanto, as línguas de imigração ainda permanecem à mercê dessa questão e não recebem tanta atenção.

Contrário a tantos anos de apagamento, inúmeras pesquisas demonstram que em algumas localidades do sul do país, o *talian*, língua resultado do contato entre os diferentes dialetos do norte da Itália e o português do sul do Brasil (Margotti, 2004), permanece vivo, porém em situação de apagamento, sendo utilizados pelos falantes apenas em determinados contextos.

Dessa forma, percebemos que um estudo sobre a necessidade de uma intervenção favorável ao uso do *talian* é relevante, tendo em vista que o falante dificilmente terá consciência de seu saber linguístico e por desconhecimento o abandona, ocasionando a perda de um patrimônio cultural de valor inestimável.

Em algumas regiões, o uso de línguas de imigração já foi mapeado, propostas de políticas linguísticas já foram criadas e, até mesmo desenvolvidas como, por exemplo, o projeto “Educação continuada da cultura vestfaliana para professores do município de Westfália” (Horst, 2013), ou até mesmo a cooficialização de algumas variedades minoritárias como o pomerano, o próprio *talian*, em alguns municípios do Rio Grande do Sul, o *hunsrückisch* e o alemão em alguns municípios de Santa Catarina (Altenhofen e Morello, 2013). Todavia, em nosso contexto de pesquisa, o município de Chapecó, no oeste catarinense, os estudos nesta área estão apenas começando, mas já sinalizam a permanência do *talian* como língua familiar, como podemos perceber no recente trabalho de Bortolotto (2015).

Os resultados encontrados por Bortolotto (2015), nos mostram, por um lado a permanência e, por outro, sinalizam a diminuição do uso, como podemos perceber no gráfico a seguir que contabilizou os resultados da aplicação dos termos de parentesco no questionário lexical feito pela pesquisadora:



Fonte: Bortolotto 2015:120

É possível notar que 30% dos informantes utilizaram a variedade *talian* ao responder o questionário e, a maioria ou 66% respondeu em português sinalizando a substituição do *talian* pela língua portuguesa, mas também, de certa forma, a permanência, ainda que em minoria da variedade minoritária.

Diante disso, percebe-se a necessidade de refletir sobre a relevância de estratégias de políticas linguísticas favoráveis à manutenção e, é nesse sentido que nosso trabalho será desenvolvido, tendo papel fundamental na tentativa de refletir sobre formas para reverter a história das línguas no Brasil que, predominantemente foi marcado por repressão linguística.

Compreendemos como relevante a manutenção dessa língua, uma vez que a percebemos como constitutiva da comunidade chapecoense, que apesar de passar por um forte processo de urbanização, mantem ainda, tradições, costumes que remetem ao uso do *talian*.

Podemos citar também como justificativa para o nosso trabalho a preocupação com os direitos linguísticos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que em seu Artigo 7 afirma:

“1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de perceber e de descrever a realidade, portanto possuem o poder de gozar das condições necessárias para seu desenvolvimento em todas as funções.”, e ainda, “2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que se torna disponível para o

uso individual, como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criativa.”

Assim, ao discutirmos as questões linguísticas do município de Chapecó-SC, estaremos de certa forma, contribuindo com a reflexão sobre os direitos linguísticos.

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos considera que a academia tem papel importante na investigação científica das diferentes línguas e das diferentes culturas como afirma em seu Artigo 30: “A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de pesquisa em nível universitário.”

1. Contexto teórico da pesquisa

Neste item do trabalho, selecionamos algumas das questões relevantes para nosso trabalho, como contatos linguísticos, línguas de imigração, imigração italiana, a variedade *talian*, planejamento e política linguística e manutenção linguística para que possamos compreender nosso fenômeno de investigação, fazendo alguns apontamentos na tentativa de demonstrar, a partir de que filiações teóricas nos inscrevemos para a elaboração deste trabalho.

1.1 Contatos linguísticos no Brasil

Sabemos que a cultura do Brasil foi formada por povos de diferentes lugares do mundo e, por isso o povo brasileiro é conhecido pela sua heterogeneidade cultural. Os grupos de indígenas que já viviam aqui, os europeus, africanos e asiáticos que vieram mais tarde, deixaram heranças e a partir delas o país foi construído. Em nossas mesas, os mais variados pratos, em nossa pele, as mais diversas tonalidades e, em nossa forma de falar? Ao tratar de língua, convencionou-se afirmar que todos os brasileiros falam português, mas veremos que há problemas com essa afirmação e para mostrar isso, neste tópico discutiremos, a partir do histórico de imigrações, os contatos linguísticos estabelecidos no Brasil e a formação do plurilinguismo no país.

Enquanto o Brasil ainda não havia sido encontrado pelos europeus, viviam aqui muitas tribos indígenas que falavam aproximadamente 1.300 línguas diferentes, de acordo com Cavalcanti (1999). Segundo Raso, Mello e Altenhofen (2011), todas essas línguas coexistiam no território nacional, porém com a chegada dos portugueses em

1500, forma-se uma complexa situação linguística no Brasil e, por vários fatores, muitas dessas línguas desapareceram.

De acordo com os mesmos autores, os primeiros desaparecimentos não tem relação com operações violentas de proibição, mas sim através da morte dos falantes por doenças, armas de fogo e a aculturação dos indígenas diante dos europeus, ou seja, uma língua recebe mais prestígio, é usada em mais espaços, por quem detém mais poder e então, torna-se a língua dominante, por consequência, as pessoas se adaptam a ela e abandonam a sua língua.

Diante da grande diversidade de línguas indígenas podemos supor que não foram todas que desapareceram. Muitas continuaram a existir e, por muito tempo, coexistiram com o português. No século XVII e XVIII, por exemplo, a presença dessas línguas ainda era significativa, tanto que se formou nesta época no Brasil o que conhecemos como Língua Geral, uma variedade de língua usada na comunicação na colônia que mesclava línguas de origem *tupi* e o português.

Por muito tempo a Língua Geral foi utilizada na colônia até que, em 1757, Marquês de Pombal torna obrigatório o uso do português, proibindo, dessa forma, a Língua Geral. Além desse decreto oficial, a saída dos jesuítas do Brasil também contribuiu para o enfraquecimento das outras línguas que não eram o português. Outro fator importante para a superioridade do português sobre as outras línguas foi a vinda e a instalação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro trazendo cerca de 15 mil portugueses, aumentando assim, tanto o número dos falantes da língua portuguesa, quanto o prestígio dela, que passou a ser vista como a língua da corte, recebendo o prestígio que tinham seus falantes.

Mais tarde, foram os escravos africanos que chegaram ao Brasil, segundo Raso, Mello e Altenhofen (2011), os primeiros nessa condição de escravidão chegaram ao país em 1538. Por mais de três séculos essa prática foi comum e estima-se que entre 3 e 4 milhões de escravos africanos vieram para o Brasil. Afirma-se que suas línguas não eram iguais, sendo elas de dois troncos: afro-asiático, foram levados principalmente à Bahia e pela restrição territorial, tiveram menos importância, e congo-cordofiano, foram levados a diversos lugares e, por isso, sua influência e relevância como contato linguístico foi maior.

A partir do final do século XIX (por volta de 1890) e início do século XX, os contatos linguísticos no Brasil aumentam ainda mais, pois o país recebe novos moradores dessa vez, imigrantes europeus e asiáticos que vinham para trabalhar livremente, em condições diferentes das dos escravos africanos, direcionados a desbravar regiões do Brasil na chamada “conquista do oeste”.

No censo de 1940, 644.458 se declararam falantes de alemão e 458.054 falantes de italiano, segundo Raso, Mello e Altenhofen (2011).

“A história do Brasil após a chegada do homem branco é toda uma história de contatos linguísticos. Ao longo dos mais de cinco séculos depois do descobrimento, no território brasileiro conviveram, comunicaram e se misturaram populações ameríndias, europeias, africanas e asiáticas. (Raso, Mello e Altenhofen, 2011 p.13)

Podemos afirmar, como citam Raso, Mello e Altenhofen (2011) que mesmo antes da chegada dos europeus já havia variedade linguística no Brasil, uma vez que mais de 1.000 línguas indígenas coexistiam neste território. Desde as línguas indígenas, as africanas, de imigrantes europeus e asiáticos e atualmente com o acesso rápido e fácil a qualquer língua do mundo, podemos perceber como o contato linguístico esteve e está presente na constituição linguística do Brasil.

Um dos aspectos importantes sobre o contato linguístico que precisamos observar é que conforme Aguilera e Busse, “Não se tratam apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir.” (Aguilera e Busse, 2008, p.13), ou seja, não são apenas aspectos linguísticos que entram em contato e, às vezes, em confronto, há também questões sociais, históricas, culturais, identitárias que estão envolvidas neste processo. Por isso, é importante que olhemos para esses outros aspectos extralinguísticos também, afinal sabemos que língua e sociedade estão diretamente relacionadas. Precisamos analisar a língua desse ponto de vista, considerando o que é externo ao sistema, olhar para língua de uma forma mais completa e sensível afinal, constituíram nosso povo e, em consequência, nosso país.

O contato entre línguas é uma das formas mais naturais para o surgimento do bilinguismo. Podemos então pensar que o Brasil, um país com constantes e intensos contatos linguísticos, possuiu várias comunidades bilíngues. Precisamos compreender que essas comunidades em que ocorre o contato entre línguas se organiza, se forma de maneira diferente, pois é através desse contato que vemos realidade, a partir de um filtro,

de uma lente diferente que enxergam o mundo. Os processos de interação são diferentes, pois são as línguas que intermediam eles.

Segundo Heye (2003, apud. Aguilera e Busse, 2008, p. 14), podemos chamar de bilíngues indivíduos que utilizam duas línguas diferentes conforme seus objetivos, seus interlocutores e a situação de comunicação. Como essas alterações são constantes podemos dizer que a condição dos indivíduos bilíngues é dinâmica.

É comum que em comunidades bilíngues ou até mesmo monolíngues, mas com falantes bilíngues, que as duas línguas, mesmo se uma for minoritária (como seria o caso de Chapecó), sejam incorporadas à fala da comunidade. Algumas vezes com termos isolados da outra língua, outras vezes com traços fonéticos característico da outra forma de falar ou algumas construções sintáticas próprias da outra língua.

Heye (2003, apud. Aguilera e Busse, 2008, p.16), destaca que o bilinguismo está diretamente ligado ao biculturalismo. O indivíduo bilíngue só faz uso das duas línguas por se reconhecer em cada uma das culturas dessas línguas, se não se identifica culturalmente acaba abandonando uma das línguas. Ainda, de acordo com o autor, o falante é influenciado pelas funções que tem as duas línguas, pela situação de comunicação, pelo contexto em que é usada uma e não a outra. A competência comunicativa em línguas em contato depende desde a aquisição de quatro fatores:

- da comunidade linguística;
- dos papéis e das funções sociais;
- do *status* relativo dos falantes e das línguas;
- do tópico e do domínio linguístico e social.

Além da competência comunicativa as alternâncias de código não estão relacionadas apenas a fatores linguísticos, mas aos papéis sociais dos indivíduos e das línguas em relação.

“Sustenta-se, portanto, a existência de uma relação direta entre a língua e as diferentes situações sociais de interação, em que as formas linguísticas utilizadas apresentam-se como elementos fundamentais na organização e realização do evento comunicativo.” (Aguilera e Busse, 2008, p.21)

A escolha de qual língua usar está, dessa forma, condicionada prioritariamente pelo contexto e relacionada com a identidade étnica e linguística, tanto do falante

bilíngue quanto da comunidade desses falantes, de acordo com Aguilera e Busse (2008) é por isso, que o bilinguismo possui um caráter dinâmico de acordo com o contexto em que a interação ocorre, conforme a organização social do grupo de falantes, que está ligado ao prestígio, ao poder social e econômico dos indivíduos. É de acordo com esse poder que a língua é julgada como boa ou ruim, recebe prestígio ou é estigmatizada.

Por estar dessa forma, extremamente relacionada ao contexto, a competência bilíngue pode ser atingida por ações políticas que forcem o apagamento e até a morte de determinada língua. Como afirmam Raso, Melo e Altenhofen (2011), às vezes duas variedades de línguas podem entrar em disputa por representarem dois grupos diferentes e em uma disputa um lado sempre perderá.

Percebemos, a partir de diversos trabalhos lidos, que no Brasil, nessas disputas, na maioria das vezes são as línguas minoritárias que vem perdendo constantemente, com políticas públicas que as proíbam, dificultam seu uso ou as apaguem da história. Por isso, nossa tentativa com esse estudo é demonstrar que, por muito tempo agiu-se de forma equivocada em relação às línguas minoritárias e mostrar que:

“[...] o bilinguismo, ou melhor, o plurilinguismo é uma prática a ser cultivada e incentivada, muito mais do que um problema a ser superado. Representa, além disso, um meio eficaz de inserção do indivíduo no contexto atual e, mais do que isso, uma questão de cidadania.” (Raso, Mello e Altenhofen, 2011, p45.)

Desta forma, em contextos multilíngues como o sul do país, concordamos com Oliveira e Altenhofen (2011), as questões de língua deveriam ser pauta de reflexão para administradores locais, políticos, pesquisadores, secretarias de cultura e, sem dúvida, professores e demais pessoas ligadas à educação e ao planejamento educacional. Para que, através do conhecimento dessa realidade multilíngue desenvolva-se o respeito, despertando e promovendo o bilinguismo.

1.2 Línguas de imigração

De acordo com Raso, Mello e Altenhofen, na história do Brasil após o período colonial é frequente citar o branco (luso), o indígena e o negro (africano que veio em condição de escravidão)

“A historiografia tem reiterado, para os períodos subsequentes ao colonial, o tripé “branco (luso) – índio – negro (africano)” como base para explicar a formação da brasilidade e do povo brasileiro. Contudo, o século XIX e a primeira metade do século XX trouxeram consigo novos condicionamentos e uma nova variável, que alterou a paisagem linguística sobretudo do Sul do Brasil: a vinda de imigrantes europeus e asiáticos e, em termos sociológicos, de trabalho livre (não-escravo).” (Raso, Mello, Altenhofen, 2011, p.36-37)

Darcy Riberio (2001), em seu livro “A formação do povo brasileiro”, afirma sobre os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no século XIX e começo do XX: “Conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura.” (Darcy Ribeiro, 2001, p.242). Nessa afirmação, ao utilizar a expressão “dessas áreas”, o autor refere-se a algumas localidades da região Sul, onde se concentrou a maior parte dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, contudo, outras regiões também os receberam como, por exemplo, o estado do Espírito Santo. Contudo, contrariando o que o autor afirma, há diversos estudos que demonstram a importância social e histórica desses grupos, principalmente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Compreendemos que a influência dos imigrantes foi fundamental na formação do povo, eles contribuíram, sem dúvida, na constituição do país. Se compararmos com os escravos africanos podemos afirmar que as influências foram diferentes, mas não podemos dizer que um dos povos representa o povo brasileiro e o outro não. Se quisermos avançar nos estudos dos contatos linguísticos no Brasil precisamos olhar, sem exclusão, para todas as línguas que já circularam por aqui.

Para demonstrar que não estamos falando de uma exceção, citaremos alguns dados apresentados por Raso, Mello e Altenhofen (2011). Segundo os autores, no censo de 1940 havia 644.458 falantes de língua alemã no Brasil configurando-se como a língua estrangeira mais falada no Brasil e 458.054 de falantes de italiano. Percebemos assim que os números de falantes de línguas de imigração são significativos, levando em consideração apenas o alemão e o italiano, sem contabilizar ainda outras línguas presentes.

Essa exclusão das línguas de imigração da história da constituição do povo brasileiro está relacionada a algumas características particulares, diferentes das línguas autóctones. Consideramos neste trabalho a definição de Altenhofen (2007), ou seja, uma língua de imigração é uma língua alóctone, de um grupo específico, em uma

comunidade de fala; uma língua com variedades de fala diferente, que sofreu movimento – imigração – saiu de seu país de origem para formar comunidades linguísticas em outro país; é uma língua em contato, uma vez que, ao chegar a outro país encontra outras línguas circulando; é uma língua minoritária em relação ao português e, por fim, é uma língua com menos prestígio em relação à língua majoritária.

Sabemos que muitos estudos e algumas ações já foram feitas em relação às línguas de imigração no país, contudo podemos dizer que no município de Chapecó-SC, as primeiras pesquisas começaram a ser feitas e, ainda nos encontramos em uma fase de esquecimento do *talian*, resultado de decisões políticas ao longo da história que influenciaram a manutenção dessa língua. Sobre isso, Altenhofen (2004) afirma que “Historicamente, pode-se dizer, a política linguística para essas populações de imigrantes alternou *entre momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e poscritivas.*” (Altenhofen, 2004, p. 83).

Logo depois da chegada dos imigrantes, a maioria conhecia apenas sua língua materna e não o português, pois viviam em comunidades linguisticamente isoladas e tinham pouco ou nenhum contato com a língua portuguesa.

O autor afirma que mais tarde, falantes de italiano e alemão sofreram fortes repreensões em função da Segunda Guerra e, além disso, neste período estava em vigor no Brasil o Estado Novo, com sua política de nacionalização. Esta política fechou escolas e proibiu o uso das línguas de imigração, perseguiu e até prendeu pessoas.

A partir disso, com a colaboração dos meios de comunicação e do contato cada vez maior com falantes de português, passamos para outro período que é o de esquecimento da própria língua materna, em que falantes nativos de variedades de italiano e alemão passaram a falar apenas português.

Acreditamos que devido às graves repressões, esses falantes nativos de variedades do italiano e do alemão transformaram suas más lembranças desse período proibitivo em uma regra: “não devo falar outra língua que não seja o português e jamais devo ensinar isso aos meus filhos.”, ou seja, relacionaram o trauma das perseguições à língua. Assim, temos pais e filhos, avós e netos que perderam além de um conhecimento linguístico, um bem imaterial de valor incalculável, que uma vez perdido, é difícil de ser recuperado.

Mais de 7 décadas depois, lamentamos essa perda e percebemos que através do estudo desses contextos poderemos agir no sentido de manter uma variedade de língua que se encontra em fase de mortandade, não será, é claro, uma tarefa simples, pois lidaremos com questões muito profundas de cada falante, concepções sobre língua, preconceitos enraizados, contudo é um desafio motivador, que estamos dispostos a assumir.

1.3 Imigração italiana, italianos em Chapecó e a variedade *talian*

Faremos neste item um apanhado histórico sobre a imigração e a migração dos italianos no Brasil para compreendermos como Chapecó se tornou rota migratória formando-se a partir dela. Posteriormente discutiremos algumas concepções acerca do termo *talian*, pois para o compreendermos precisamos entender o processo de imigração italiana para o Brasil.

De acordo com Radin (2001), a partir do último quartel do século XIX, construía-se no Brasil um novo cenário: com a abolição da escravatura, início da urbanização e da industrialização, necessidade de consolidar os limites territoriais e a ideia de “branquear” o país. Surge então a ideia de trazer imigrantes, nesse caso, pobres agricultores italianos que abandonaram a Itália em busca do “paraíso na América” e desembarcaram no Rio Grande do Sul trazendo na bagagem apenas a esperança de melhores oportunidades de vida e deixando a Itália sem um “peso desnecessário”.

As propagandas que circulavam na Itália, segundo Radin (2001), eram bem diferentes da realidade que os colonos encontraram quando chegaram ao Brasil. As garantias oferecidas: como hospedagem, transporte, comida eram negligenciadas, além do que as melhores terras gaúchas já eram dos imigrantes alemães, que imigraram antes e já estavam instalados nas colônias gaúchas. Assim, os imigrantes italianos foram obrigados a explorar as serras do Rio Grande do Sul.

Logo, os fazendeiros gaúchos começaram a temer a entrada de mais imigrantes e, ao inverso, o governo catarinense queria atrair esses colonos que já haviam ocupado as terras a eles destinadas e o vale do Rio Uruguai, as famílias numerosas contribuíam para essa expansão, no início do século XX e Santa Catarina começa a receber esses migrantes, dando origem às cidades de Joaçaba e Chapecó, (Radin, 2001):

“[...] para as autoridades a colonização tornou-se uma necessidade e a migração da população excedente das zonas coloniais do Rio Grande do Sul

representava a solução de dois problemas. De um lado, a diminuição da pressão demográfica nas colônias e, de outro, a ocupação de um espaço considerado *vazio*, em Santa Catarina.” (RADIN, 2001p. 75).

Dedicaram-se à agricultura familiar e permaneciam isolados em suas comunidades, “A íntima relação dos imigrantes italianos e seus descendentes com o trabalho agrícola, observada no Rio Grande do Sul, estende-se à experiência que estes realizaram no oeste catarinense.” (RADIN, 2001, p.101). Em Santa Catarina, com lotes de terra pequenos, investiram na policultura, constituindo assim, o sustento familiar.

O mesmo autor comenta ainda que, pelas dificuldades de locomoção, as comunidades italianas desenvolveram um espírito inter-familiar e solidário nas comunidades, uma comunidade era como uma grande família o que proporcionou, na grande maioria, casamentos endogâmicos que fortaleciam ainda mais esses laços afetivos. As relações familiares mantinham uma estrutura tradicional, sendo regidas pelo sistema patriarcal. A partir de 1960, com o movimento de urbanização e a chegada dos meios de comunicação, as comunidades romperam com esse isolamento, fato que modificou um pouco sua forma de vida, influenciando também o uso de sua variedade linguística.

A maioria dos italianos que chegaram ao Brasil não encontraram aqui escolas. O acesso a elas só foi garantido durante o processo de nacionalização do Brasil, com o objetivo de “abrasileirar” os imigrantes.

No que se refere à língua Radin (2001) afirma que,

“Os modestos *contadinos* que emigraram, trouxeram na bagagem seus diversos dialetos, que nas colônias sulinas formaram uma *coiné*, com base no Vêneto e Lombardo, constituindo-se na língua italiana do sul do Brasil. Essa *coiné* se constituiu na língua que identificou os migrantes ítalo-brasileiros do oeste catarinense.” (RADIN, 2001, p.149).

A língua italiana sempre foi usada nas igrejas, nas relações comunitárias e entre as famílias, era a única conhecida pela maioria dos imigrantes até que, com a campanha de nacionalização e a Segunda Guerra Mundial, foram forçados a aprender o português e abandonar o *talian*, a língua da comunidade. No entanto, apesar de forte pressão do governo a língua italiana continuou sendo falada no ambiente familiar, viva na memória como um elo com o passado e com sua terra natal.

De acordo com Margotti (2004), podemos dividir o uso da língua italiana no Sul do Brasil em três fases:

a) Fase monolíngue (somente italiano);

b) Fase bilíngue (italiano e português);

c) Fase de mortandade da língua de imigração (devido à política de nacionalização, à industrialização, à urbanização, escolas monolíngues em português e ao preconceito com as línguas alóctones).

Nos encontramos nessa terceira fase e através deste estudo tentaremos mostrar que, apesar de vivermos esse processo de mortandade citado por Margotti (2004), a língua *talian* ainda está viva e presente em alguns contextos conforme Bortolotto (2015). Assim, reconhecemos esse processo de perda linguística, mas também acreditamos que pode ser evitado, assim situamos nosso trabalho nesse momento decisivo, entre a perda e a resistência, sendo nosso objetivo contribuir com a manutenção linguística.

De acordo com Margotti (2004), podemos chamar a variedade presente na nossa comunidade de pesquisa e estudada neste trabalho de *talian* ou *coiné veneta*, conforme citamos a seguir:

“Na ocupação dos lotes das colônias, não foi levado em conta o critério etnolingüístico. As levas de imigrantes italianos eram, em geral, mistas, provenientes de diferentes províncias e, portanto, falantes de dialetos diferentes. O contato de diferentes dialetos italianos no Sul do Brasil deu origem a um modo de falar característico e bastante peculiar, conhecido como *talian*, ou *coiné* vêneta (italiano brasileiro). Os vênets, que vieram em maior quantidade – os números giram em torno de 60% –, irradiaram com maior intensidade seu dialeto e seus costumes. Dessa forma, o dialeto vêneta foi se impondo de forma natural na Região Sul do Brasil. É esse dialeto, aqui modificado pelo contato com outros dialetos italianos, especialmente o lombardo, que dá origem ao *talian* ou à *coiné* vêneta.” (MARGOTTI, 2004, p.38).

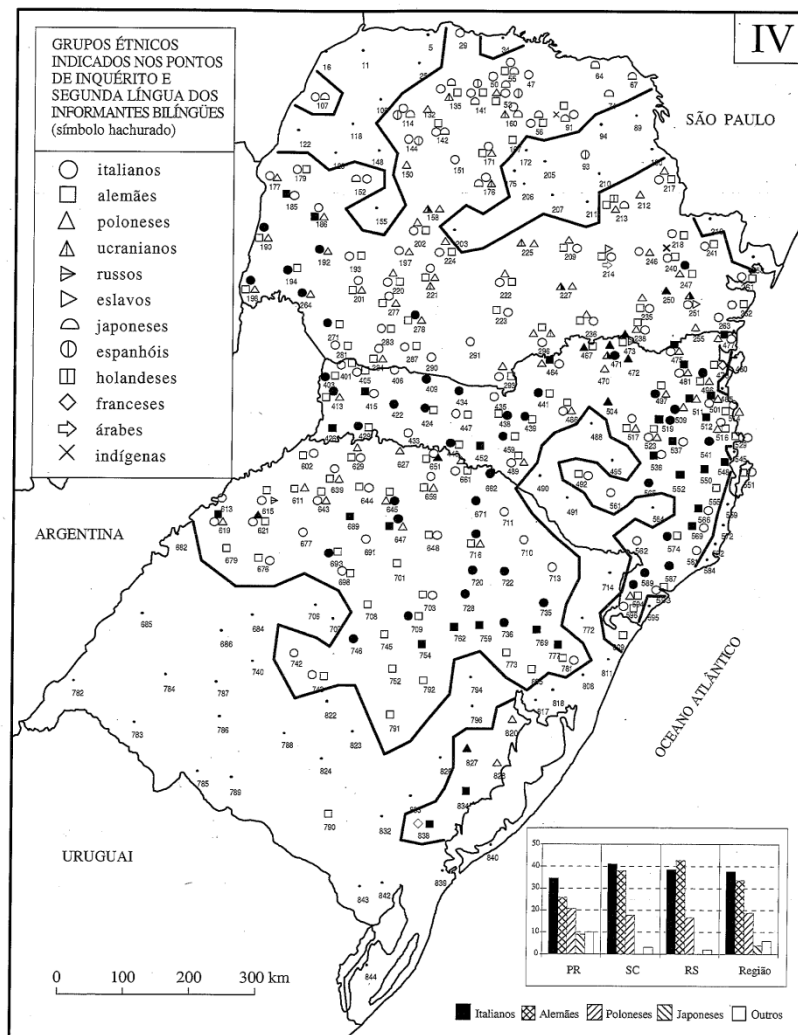
Ainda, segundo Bunse (1975), as variedades dialetais trazidas pelos italianos, receberam influências das variedades aqui existentes e tornaram-se uma variedade com características próprias, em que predomina o dialeto vêneta (com produção escrita e gramática sistematizada), que deu origem ao *talian*, variedade presente nessa comunidade de pesquisa, apesar de possuir forma escrita, na maioria das comunidades ela é, predominantemente oral, uma vez que é transmitida informalmente e, principalmente no contexto familiar.

O *talian*, apesar de passar, como afirma Margotti (2004), por um processo de mortandade, é ainda utilizado e valorizado em muitos lugares do sul do país, tanto que, recentemente foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio cultural imaterial do país. De acordo com o Instituto, mais de 500 mil pessoas, em 133 cidades brasileiras utilizam essa variedade linguística. Outra ação que podemos citar que ocorre a favor da manutenção do *talian* é a

cooficialização dessa língua em alguns municípios como, por exemplo, em Serafina Corrêa, Rio Grande do Sul. Apesar de ser extremamente importante, pensamos que apenas este reconhecimento não é suficiente para garantir a sobrevivência do *talian*. E, por isso, discussões e estudos como este, são fundamentais, pois somados a isso darão maior visibilidade a essa língua.

O *Atlas Linguístico-Etnológico do Sul do Brasil* (2011), também constatou que nessa região predomina a variedade italiana como mostra o mapa a seguir, em que Chapecó é o ponto 433:

Mapa 1 – Áreas bilíngues de colonização de imigrantes não-lusos na Região Sul de acordo com os informantes do ALERS.



(Altenhofen 2005: 62)

- A comunidade de pesquisa atualmente

O município de Chapecó está localizado na região Sul do país, Oeste Catarinense, na Grande Fronteira do Mercosul a aproximadamente 550 km de Florianópolis. É a maior cidade da região com 185.530 habitantes e extensão territorial de 620 km², de acordo com o IBGE (2010), é conhecida como a Capital do Oeste.

Segundo o IBGE, 93% da população vive na zona urbana, possui 180 estabelecimentos de Educação Básica e oito Instituições de Ensino Superior e de cada cinco estudantes em Santa Catarina, um está em Chapecó. O município ocupa o 39º lugar no ranking do IDH por municípios no Brasil, de acordo com PNUD/ONU.

O município faz divisa ao norte: Coronel Freitas e Cordilheira Alta; ao sul: Estado do Rio Grande do Sul; ao leste: Seara, Xaxim, Arvoredo, Itá e Paial e ao oeste: Guatambú, Planalto Alegre e Nova Itaberaba. E os principais acessos são as rodovias BR 282 e SC 283. Chapecó possui linhas de ônibus para todas as cidades catarinenses e para as principais cidades do país e o Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso. Conta com um setor hoteleiro bem desenvolvido, com dois hospitais regionais, duas emissoras de televisão, quatro emissoras de rádio FM e duas AM e ainda, com quatro jornais diários locais.

A indústria chapecoense é baseada na agroindústria, tanto que é a capital nacional agroindustrial, sua economia é diversificada, porém a principal fonte de renda são os frigoríficos. A cada dois anos acontece a EFAPI – Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó, em 2007 recebeu cerca de 500 mil visitantes e movimentou aproximadamente 105 milhões de reais.

De acordo com Radin (2001), a região de Chapecó era habitada inicialmente por índios kaingang, no século XVI os bandeirantes paulistas, rumando ao sul do Brasil, começam a ocupar essas terras e por volta de 1839, criadores de gado vindos do Norte do país, começaram a ocupar a região. Com a expansão dessas atividades pecuárias decidiu-se abrir uma estrada (Caminho das Tropas) que ligava os “Campos de Palmas” à região das Missões gaúchas. Com a passagem constante dos tropeiros por aqui começou a surgir as primeiras formas de economia, que supriam as necessidades básicas dessa população.

O Oeste Catarinense foi, constantemente, motivo de disputas. Primeiramente, entre Espanha e Portugal, depois entre Argentina e Brasil até que em 1859 foi criada a

Colônia Militar de Chapecó, de posse brasileira. Segundo Radin (2001), entre 1912 e 1916 Paraná e Santa Catarina lutaram na Guerra do Contestado por essa região, Santa Catarina venceu e Chapecó tornou-se município em 25 de agosto de 1917. Com os limites fixados, as companhias colonizadoras começaram a atuar, vendendo as terras do governo que, em troca, construía estradas na região. Para Chapecó vieram os colonos do Rio Grande do Sul principalmente, os descendentes de italianos que lá já não tinham terras para trabalhar.

Atualmente, o município recebe outras levas de imigrantes, a maioria deles haitianos, alguns senegaleses, outros angolanos, que contribuem com o desenvolvimento econômico do local e geram novos contatos linguísticos que em breve também poderão ser estudados.

1.4 Planejamento e política linguística

De acordo com Oliveira (2007), no prefácio do livro “As Políticas Linguísticas” de Louis-Jean Calvet, o termo política linguística é algo recente no contexto brasileiro, pois surgiu, no cenário internacional por volta de 1960 como disciplina relacionada ao plurilinguismo e, como já dissemos anteriormente, o Brasil sempre foi tratado como monolíngue. Porém, aos poucos, essa ideia de língua única começa a ser questionada por linguistas e pelos próprios falantes bilíngues, que passam a reivindicar seus direitos, obrigando o Estado se posicionar a respeito.

Política linguística é uma área da linguística que se preocupa com as relações entre língua, seus falantes, legislação, Estado. Segundo Calvet (2007), política linguística é a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e o planejamento linguístico é “sua implementação”, e, esses dois termos – política e planejamento linguístico são inseparáveis, sendo o planejamento subordinado à política, ou seja, a aplicação da política.

Ainda para o autor, o Estado tem relevância fundamental, pois apesar de qualquer instância da sociedade ser capaz de elaborar, apenas o Estado pode legislar sobre uma política linguística. Contudo, se ainda não temos, no Brasil, um Estado que pense no plurilinguismo, precisamos criar ações que envolvam outros grupos e não dependam tanto da permissão ou auxílio dos governos.

Ao longo do tempo, surgiram vários teóricos discutindo sobre política linguística, citaremos aqui, alguns deles e suas principais ideias para que possamos compreender, historicamente, os caminhos que nos trouxeram até aqui.

Um dos primeiros a apontar suas reflexões sobre o tema foi Haugen (1964, apud. Calvet, 2007), para ele o planejamento linguístico surgia diante de um problema e para tentar resolvê-lo, a solução encontrada poderia ser restrita a um local e informalizada, mas também poderia ser organizada para atingir um local mais amplo, como um país, por exemplo. Uma das mais importantes contribuições de Haugen foi criticar a ideia de Jakobson, de que a língua serve apenas a comunicação, para transmitir alguma informação. Haugen afirmou que a língua está relacionada ao grupo que a fala e, por isso, representa o falante e sua comunidade.

Outros teóricos da política linguística foram P.S. Ray e V. Trauli, ambos consideravam a língua apenas um instrumento para a comunicação, que pode ser modificado, aperfeiçoado. Seguindo uma abordagem estruturalista da língua. Mais tarde, em 1967, Heinz Kloss avançou um pouco nos estudos sobre política linguística, em relação aos estudos instrumentalistas que citamos anteriormente, e percebeu que além da estrutura da língua, era necessário lidar com o *status* social da língua e suas relações com outras línguas. Haugen utilizou algumas distinções de Kloss e aperfeiçoou seu modelo, agora considerando *status e corpus, forma e função* da língua.

Ao mesmo tempo em que os estudos sobre política linguística iam ganhando corpo, começaram a surgir as primeiras considerações da sociolinguística, disciplina que contribuiu muito com o campo da política linguística.

Outro aspecto importante que mudou ao longo do tempo foi que no início, o planejamento linguístico não considerava o plurilinguismo. Foram os teóricos Charles Ferguson e Joshua Fishman que trataram pela primeira vez as questões de coexistência de línguas em um mesmo local, nomeando essa situação de diglossia. Em 1984, Ralph Fasold retoma os trabalhos de Ferguson e Fishman e os analisa de outro ponto de vista. Sobre as funções da língua, ele percebe que não é qualquer língua que pode assumir qualquer função, ela necessita possuir certos atributos para receber determinada função.

Posteriormente, na década de 90, Robert Chaudenson, tenta criar um instrumento capaz de medir e comparar *status e corpus* da língua francesa em diferentes países e,

para isso, propõe um sistema complexo de medida, com diversos aspectos a considerar para tentar sistematizar *status* e *corpus*.

Relacionado ao *status*, podemos afirmar, de acordo com Calvet (2007),

“[...] entre as línguas em contato há aquelas que são expostas e outras que dificilmente se fazem notar; e isso está vinculado a seu peso sociolinguístico e a seu futuro. É por essa razão que o planejamento linguístico agirá sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica. Mais uma vez, a ação *in vitro* utiliza os meios da ação *in vivo*, inspira-se nela, mesmo que dela se diferencie ligeiramente.” p.73

A partir do trecho citado, podemos refletir sobre a variedade *talian*, discutida neste trabalho, uma vez que, no contexto local é ela que não aparece oficialmente, que não tem prestígio e, por isso, corre risco de desaparecer. Assim, nossa tentativa é de agir em relação ao seu valor simbólico, como aponta o linguista.

Para Calvet (2007), existem 3 concepções sobre leis linguísticas: 1- As leis que tratam a forma da língua; 2- As leis que tratam do uso que os grupos fazem de determinada(s) língua(s); 3- “As leis que se ocupam da defesa das línguas, seja para assegurar-lhes uma promoção maior (internacional, por exemplo), seja para protegê-las como se protege um bem ecológico.” (CALVET, 2007, p.76). Nos situamos nessa terceira concepção, uma vez que não pretendemos interferir nem na forma, nem no uso da língua, mas sim, defende-la de um possível desaparecimento, pois compreendemos toda e qualquer língua como um bem imaterial e como um direito irrevogável.

Sobre a forma de elaborar políticas linguísticas, segundo Calvet (2007):

“...há dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas. A primeira, que denominaremos de gestão *in vivo*, refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente.” (CALVET, p.69)

E o outro tipo é chamado pelo autor de *in vitro*, uma vez que são linguistas que descrevem, analisam e propõem soluções para determinada situação linguística que serão analisadas pelos governos e aplicadas ou não. Para Calvet (2007), “Essas duas abordagens são extremamente diferentes e suas relações podem, às vezes, ser conflituosas se as escolhas *in vitro* forem na contramão da gestão *in vivo* ou dos sentimentos linguísticos dos falantes.” (Calvet, p.70). O ideal seria que políticas *in vitro*, levassem a ações *in vivo* e se efetivassem nas comunidades linguísticas ou que políticas

que já acontecem *in vivo*, fossem analisadas e se tornassem políticas linguísticas adotadas pelo Estado.

O Estado, acostumado a oficializar uma língua e valorizar apenas essa como língua do país acaba, por consequência, desprestigiando outras e tornando seu uso inviável. Por isso, às vezes, a escolha que o governo faz não é adequada ao contexto, porém, segundo Calvet (2007) é ele o maior criador de leis linguísticas.

Com todos esses exemplos de tentativas de criação de um método para política linguística, percebemos a riqueza e a complexidade da língua. Percebemos que tratar política linguística é ir além da língua apenas como estrutura ou instrumento, é relacioná-la com os grupos de falantes específicos e, encontrar em cada lugar um contexto diferente e, por isso, uma solução diferente.

No Brasil, como já citamos, o Estado agiu em direção ao monolingüismo, porém, aos poucos conseguimos perceber um início de mudança, podemos citar algumas ações que demonstram isso:

“1) *Seminário de Criação do Livro de Registro das Línguas*, promovido pelo IPHAN e IPOL em março de 2006, na Câmara dos Deputados, em Brasília; 2) *Audiência Pública da Diversidade Linguística do Brasil*, realizada em Brasília, em 13 de dezembro de 2009, em que o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) encaminhou propostas, entre as quais 3) *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*, que veio a ser instituído pelo Decreto nº **7.387, de 9 de dezembro de 2010.**” (ALTENHOFEN; MORELLO, 2013, p.19)

Além desses, já podemos citar hoje, o reconhecimento do *talian* como patrimônio cultural e imaterial brasileiro pelo IPHAN e o 1º Encontro Nacional dos Municípios Plurilíngues, ambos em 2015. Sobre isso, Altenhofen e Morello afirmam:

“De um passado em que ainda era possível o silenciamento por meio de leis proibitivas (política do Marquês de Pombal, no final do séc. XVIII, e política de nacionalização do ensino, durante o Estado Novo, ditadura de Getúlio Vargas [1937-1945]), evoluímos, é bem verdade, para um estado de tolerância relativa, com certa exaltação da diversidade, como reflexo dos discursos internacionais influenciados pela globalização, até medidas concretas de reconhecimento de línguas. (ALTENHOFEN, MORELLO, 2013. p.24)

Dessa forma parece que estamos conseguindo encontrar o caminho da aceitação da diversidade linguística, porém apenas essas ações não são suficientes, é preciso que cada comunidade reconheça sua diversidade, saiba seus direitos e valorize sua língua.

1.5 Manutenção linguística

Ao considerarmos as línguas de imigração e, entre elas o *talian*, logo pensamos em perdas linguísticas, preconceito em relação às línguas minoritárias e tendência de substituição das variedades pelo português, contudo diante disso, Altenhofen (2007),

“se de um lado se constata uma perda e uma mortandade progressiva das línguas de imigração no Brasil, de outro lado também é preciso reconhecer a sua enorme vitalidade, considerando que a política linguística têm sido extremamente adversa e predominantemente repressiva à sua manutenção.”
(ALTENHOFEN, 2007, p.27)

A partir do trecho citado acima, podemos refletir sobre a importância dessas línguas que, apesar de fortes políticas repressivas, estão presentes até hoje, inclusive em comunidades mais urbanizadas como Chapecó.

Ao falarmos de manutenção linguística devemos refletir sobre quais são os aspectos que contribuem para a substituição ou manutenção linguística de uma determinada língua, compreendendo esses fatores será mais simples intervir a favor da manutenção.

Já sabemos que o *status* de uma língua está relacionado ao *status* dos seus falantes, seu poder econômico, nível de escolaridade e, falando sobre manutenção linguística esse *status* é um dos fatores mais relevantes que podem determinar a perda ou a manutenção de uma variedade. O *status* de uma língua está diretamente relacionado a seus falantes, se eles tiverem prestígio na sociedade, sua língua também terá e, se não tiverem sua língua será desprestigiada, menosprezada, sofrerá com repressões e dificilmente continuará sendo usada. Ou seja, até os próprios falantes criam, muitas vezes, resistência à própria língua.

Além do *status* da língua Pertille (2009), cita outros aspectos importantes que colaboram com a manutenção ou não de uma língua, sendo eles, fatores histórico-políticos, geográficos, demográficos, econômicos, midiático, institucionais e, atitudinais, todos eles podem interferir nas línguas, cada um de uma forma, com intensidade diferente, de acordo com o contexto, por isso cada um desses fatores precisa ser considerado individualmente, mas também na relação com os demais.

Ao longo dos anos, podemos citar três grandes nomes que pesquisaram os aspectos que influenciam a manutenção de uma língua. O primeiro deles, Weinreich

(1964, apud. Pertille, 2009, p.63), afirmou que o que interfere no uso de uma ou outra língua não é a estrutura dela, mas sim os fatores extralinguísticos. Ele afirma que a relação do falante com as línguas e com a própria comunidade bilingue é o fator decisivo para a manutenção.

Depois de Weinreich, Kloss (1966, apud. Pertille, 2009), tentou categorizar quais são os fatores que extralinguísticos favoráveis ou não para a manutenção de uma língua. Ele listou 15, dos quais seis, ele considera os mais importantes: o primeiro deles é o isolamento social, religioso e dialetal; época de imigração; existência de ilhas linguísticas; presença de escolas paroquiais de comunidades minoritárias; experiência de pré-imigração com esforço de manutenção da língua e, o uso da língua minoritária como a única língua oficial durante certo período. Em relação a esses fatores citados por Kloss, há sempre relacionado os comportamentos atitudinais. Podemos citar também o nível de escolaridade dos falantes, a mobilidade geográfica e o processo de urbanização.

Posteriormente, de acordo com Fishman (1972, apud. Pertille, 2009, p.65), existe três grandes áreas no estudo da manutenção da língua: a) grau de bilinguismo; b) processos psicológicos, sociais e culturais; c) o uso da língua em contextos de contato linguístico.

Dessa forma percebemos como a situação de manutenção de uma língua é algo complexo, envolvendo diversos fatores individualmente e, depois relacionados entre si, tratam questões sociais e individuais dos falantes e dependerá também do contexto e de quais são as línguas em contato.

2. Procedimentos metodológicos

2.1 Seleção do *corpus*

Como já apontamos anteriormente, nosso trabalho utilizará alguns dados do *corpus* do projeto Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCF-OE), esses dados foram coletados considerando a Dialetologia Pluridimensional, disciplina que combina a Dialetologia Tradicional e a

Sociolinguística que estuda a variação linguística. É chamada de pluridimensional porque considera as seguintes dimensões para análise, conforme Thun (2005): Dialingual (contato de línguas); Diatópica (diferentes pontos geográficos); Diatópico-cinética (diferença entre informantes – topostático ou topodinâmico); Diastrática (variação entre classes sociais, considerando o grau de escolaridade); Diageracional (variação entre idades); Diassexual (considera as diferenças linguísticas entre homens e mulheres); Diafásica (considera a variação dos estilos de fala durante a entrevista dos falantes como, por exemplo, conversa livre, leitura e pergunta-resposta); Diarreferencial (considera as diferenças entre a fala objetiva e a fala metalinguística).

Os informantes foram selecionados pelo ALCF-OE, considerando os seguintes critérios: ítalo-brasileiro, com sobrenome de pai e/ou mãe de descendência italiana, que tivesse residido pelo menos dois terços da vida nesse município, foram então selecionados oito informantes, conforme Thun (2005), um homem e uma mulher (dimensão diassexual), divididos de acordo com a idade (1º grupo: de 18 a 36 ano, 2º grupo: com 55 anos ou mais) e pelo grau de escolaridade (1º grupo: de nenhuma escolaridade até o Ensino Médio, 2º grupo: com ensino superior). Abaixo é possível visualizar cada uma das dimensões:

Figura 1 – Esquema da Cruz

<p>CaGII [Ensino superior] [55 anos ou mais] [Homens e mulheres]</p>	<p>CaGI [Ensino superior] [De 18 a 36 anos] [Homens e mulheres]</p>
<p>CbGII [De nenhuma escolaridade até o Ensino Médio] [55 anos ou mais] [Homens e mulheres]</p>	<p>CbGI [De nenhuma escolaridade até o Ensino Médio] [18 a 36 anos] [Homens e mulheres]</p>

Fonte: Bortolotto (2015).

Como já dissemos, foram oito os informantes entrevistados, divididos de acordo com dimensões, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Esquema dos informantes

Informante 1	CaGI – homem
Informante 2	CaGI – mulher
Informante 3	CbGI – homem
Informante 4	CbGI – mulher
Informante 5	CaGII – homem
Informante 6	CaGII – mulher
Informante 7	CbGII – homem
Informante 8	CbGII – mulher

Dos oito informantes entrevistados, tivemos que selecionar apenas seis, uma vez que, dois dos indivíduos, o informante 7 e o informante 8, falaram durante toda a entrevista na variedade *talian* e, por limitação linguística, uma vez que não sabemos a variedade italiana, não conseguimos compreender suas respostas, tivemos que optar por analisar somente os outros informantes. Contudo, esses dois informantes nos revelam que na comunidade investigada há a presença de pessoas que entendem e falam o *talian*.

Para alcançar nossos objetivos, elegemos do banco de dados do ALCF-OE, treze questões. As treze perguntas analisadas, dizem respeito ao que os falantes pensam da variedade italiana presente no município. O entrevistado responde sobre as línguas que fala: se aprendeu; como, quais as habilidades que desenvolveu na língua minoritária, com quem e em que lugares fala a língua de imigração, quando fala português há interferências da outra língua, como é o nome dessa língua, aprendeu primeiro português ou a variedade, sente orgulho ou vergonha do modo como fala. Se não aprendeu: porque não aprendeu e se lamenta não ter aprendido. As perguntas estarão, posteriormente, elencadas na análise, da mesma forma como consta no *corpus* do projeto ALCF-OE, sem nenhuma alteração.

A partir das respostas dos entrevistados pretendemos perceber qual a importância do *talian* para os falantes de Chapecó, o que eles pensam sobre essa língua, qual a relação deles e da comunidade de falantes com a variedade, qual o sentimento deles em relação à língua que eles ou que os pais falam. Buscaremos identificar em qual contexto ela está mais presente e é mais importante.

Primeiramente, selecionamos as perguntas que mais tinham relevância para nosso estudo, sendo então, escolhidas treze, depois, tivemos acesso as gravações em

áudio das entrevistas, ouvimos cada uma delas atentamente, transcrevemos as respostas, para analisa-las, fizemos uma tabela em que pudemos perceber melhor as regularidades das respostas, os aspectos em comum das respostas dos informantes e, ao final redigimos as análises, que seguem no próximo item.

3. Descrição e análise de dados

A análise do *corpus* será feita considerando treze perguntas e os aspectos nelas contidos relacionados ao sentimento de 6 informantes, descendentes de italianos que residem em Chapecó-SC, as perguntas selecionadas foram feitas de acordo com Krug (2013) e dizem respeito ao que pensam sobre a língua, que valor atribuem a ela, questões de identidade, entre outros aspectos que contribuem para compreensão da realidade linguística do município. A seguir, apresentamos a pergunta, citamos as respostas e faremos a análise. Utilizaremos como forma para localizar quem é o informante, os números citados no quadro acima.

Nº 1 - *Come che te senti depiù, talian? Brazilian? Catarinense? Chapecoense?/ Como se sente mais, Italiano (a)? Brasileiro Chapecoense? (vide ALCF, 2013 – adaptado para o contexto);/ Come ti senti più mai, italiano (a)? Brasiliano Chapecoense?*

Todos informantes responderam que se sentem brasileiros, porém uma resposta desperta a atenção, a inf. 6 que respondeu “*brasiliana*”, ou seja, usou a variedade italiana para afirmar sua identidade como brasileira, com essa resposta podemos perceber que, na verdade a identidade *brasiliana* dela é constituída da mescla, entre nascer no Brasil e falar italiano, uma vez que, segundo Krug (2004), “a língua exerce papel fundamental na constituição da identidade [...]” (KRUG, 2004, p.20), então não podemos dizer que esses dois aspectos concorrem, pelo contrário, esta resposta pode, na verdade, representar o sentimento de tantos outros ítalo-brasileiros que aprenderam como língua materna uma variedade italiana, mesmo vivendo no Brasil e tiveram que se adaptar às políticas nacionalistas, contrárias às línguas de imigração, que afirmavam que para um indivíduo ser brasileiro, devia somente falar português. Percebemos, através dessa resposta que os descendentes de imigrantes, assim como as comunidades formadas por eles, foram e são constituídos, mesmo que não reconheçam isso por essa

biculturalidade, relacionada, entre outros fatores, ao bilinguismo, como afirmam Aguilera e Busse (2008), “Não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir.” (AGUILERA; BUSSE, 2008, p.13), ou seja, quando duas línguas existem na mesma comunidade, os falantes se constituem, constituem sua identidade a partir das relações entre as duas variedades, pois, ainda segundo as autoras, o bilinguismo permite aos falantes transitar entre as duas culturas, considerando as diferentes interações sociais na comunidade.

Nº 2 - *Che lengoa te costumi parlar ntea fameia? Quante volte? Quando? Con chi?/ Que língua (s) costuma falar em família? (quantas vezes? Quando, com quem?) (Krug, 2004, Steffen 2007 apud ALCF, 2013)./ Che lingua (i) costume parlare in famiglia? (Quante volte? Quando, con chi?).*

Os inf. 2, 3 e 5 afirmam que é usado apenas o português, os inf. 1 e 4 falam que o italiano é usado, mas predomina o português e, inf.6 responde da seguinte forma “Brasileira, mi pupá i mi mamá parlan in italiano.”, ou seja, podemos perceber que, mesmo que predomine o português ou o “brasileiro”, ainda há a presença da variedade italiana e, o informante que diz falar apenas a língua *brasileira*, utiliza a variedade italiana para explicar que apenas os seus pais falam *talian*, ou seja, o próprio falante não se reconhece como bilíngue, fato comum se considerarmos que no Brasil ser bilíngue já foi considerado crime. Talvez, os falantes negam saber a variedade porque, como veremos nas respostas seguintes, o *talian* está relacionado à língua dos mais velhos, de áreas rurais, o que gera desprestígio e, ainda por não ser o “italiano da Itália”.

Nº 3 - *Te capissi cossa quelaltri parla in talian: ledi? Canta? Scrivi? Brontola?prega? altri?/ Entende o que os outros falam em italiano: Lê ; Escreve; Imita; Canta; Xinga; Reza; e Outros. (vide Margotti, 2004);/ Vedere ciò che gli altri parlam in italiano: legge; scrive; imita; canta; maledizioni; Reza; e altri.*

Apenas o inf. 3 afirma não ter nenhuma das habilidades na variedade *talian*. Os inf. 1, 2, 4, 5 e 6 afirmam apenas entender o italiano e apenas o inf. 5 além de entender diz, também que lê em italiano. Percebemos, através das respostas para essa pergunta que, a variedade italiana presente é, principalmente oral, isso demonstra que é uma língua herdada de pais para filhos ou avós para netos, aprendida no contexto familiar, relacionada à comunicação cotidiana. Como afirmam Margotti (2004) e Bortolotto (2015).

Nº 4 - *Chi che parla in talian quà? Nonno; nona; pupà, mama, fradèi; zii; cusini; amighi; visigni; maestri./ Quem fala italiano aqui? Avó; avó; pai; mãe; irmãos; tios; primos; amigos; vizinhos; professores. (vide Margotti, 2004);/ Chi parla italiano qui? Nonno; nonna, padre, madre, fratelli; zii; cugini; amici; vicini; insegnanti..*

Os seis informantes afirmam que são apenas os mais velhos que utilizam a variedade italiana, o inf. 6, contudo lembra que na área rural “todos falam italiano”. Dessa forma, reafirma-se a ideia de que as línguas de imigração e, entre elas, o *talian*, é mantido especialmente, pelas pessoas mais velhas, que tiveram, em sua maioria, essa língua como língua materna e das áreas rurais, onde o controle do Estado era menor na época da ditadura e os meios de comunicação demoraram mais a chegar e, por isso, o contato com o português foi mais tardio.

Nº 5 - *Che lengoa te parli ntele seghinte occasion in to munissìpio?/ Que língua você fala nas seguintes ocasiões no seu município?/ (vide Schmidt apud ALCF, 2013)./ Che lingua voi parla il seguente occasioni in suo comune?*

O entrevistador dava algumas opções como correio, mercado, sindicato, igreja. Todos os entrevistados responderam que em todos esses lugares fala-se apenas português, confirmando a ideia de que a variedade minoritária, o *talian*, é mantida apenas no contexto familiar, nas interações cotidianas entre pessoas da mesma família ou da mesma comunidade, principalmente nas áreas rurais, como citado na pergunta anterior.

Nº 6 - *Come te ghè imparà el talian che te parli?/ Como é que você/tu aprendeu o italiano que fala? (vide Pertille, 2009)/ Come hai imparato a parlare italiano?*

Os infs. 1, 2, 4 e 6 afirmaram que foi no contexto familiar, ou com os pais ou com os avós. O inf. 5, afirma que aprendeu com amigos, porque os pais sabiam, mas não o ensinaram. A questão não foi feita ao inf. 3 que disse não ter nenhuma das habilidades na variedade investigada⁶. Complementando essa questão outra perguntava:

Nº 7 - *Te estudiato taliano na scola o há fato algun corso di italiano?/ Você/tu estudou italiano na escola ou já fez algum curso de italiano?/ Voi ai studiato italiano a scuola o fatto alcun corso di italiano?*

Para essa pergunta os infs. 1, 2, 5, e 6 disseram que não estudaram, o inf. 4 também disse que não estudou, mas que pretende estudar e para o inf. 3 que não possui

⁶ Ao longo da análise é possível perceber que outras perguntas, além dessa, também não foram feitas pelo pesquisador do ALCF-OE. Como tivemos apenas acesso ao áudio das entrevistas não podemos precisar quais os critérios de escolha. Dessa forma, para não interferir nas análises, assinalaremos, ao longo do texto, os informantes que não responderam a determinadas perguntas.

nenhuma das habilidades a pergunta não foi feita. Confirmando o que já foi afirmado antes sobre ser uma variedade essencialmente oral e aprendida no espaço familiar, sem ensino formalizado.

Sobre a questão do nome da variedade utilizada na comunidade, feita da seguinte forma:

Nº 8 - *Come zelo el nome de questo talian che se parla quà?/ Como é o nome desse italiano que se fala aqui?/ Qual è il nome di questo italiano parlato qui?*

Os infs. 2 e 3 disseram que pensavam que era italiano e os infs. 4 e 6 afirmaram ser um italiano misturado com português, não é o italiano de origem, é um italiano regionalizado. Ao responder essa pergunta, os informantes que citaram as mesclas de italiano e português, diziam isso com um tom menosprezador, era perceptível que a variedade italiana falada pelos ítalo-brasileiros não recebia *status* de língua, era definida como “um italiano misturado com português”, “não é o italiano certo, como o da Itália”, ou seja, os próprios falantes não lhe atribuem valor, talvez repetindo as concepções do senso comum sobre língua. E os infs. 1 e 5 disseram não saber o nome.

Nº 9 - *Quande te parli portoghese misturito la varietà minoritària? Se si, cossa che te misturi e parché?/ Quando fala português, você mistura a variedade minoritária? Se sim, o que você mistura e por quê? (vide ALCF, 2013 –adaptado ao contexto);/ Quando si parla portoghese, si mescolano la varietà minoranza? Se sì, che cosa si mescolano e perché?*

Os infs. 1, 2 e 3 afirmam que não há interferência do italiano no português, sendo que o inf. 1 afirma isso, falando na variedade *talian*; para o inf. 6 não há mistura ou interferência das duas línguas, mas usa palavras na variedade italiana ao dar a resposta e para os infs. 4 e 5 essa pergunta não foi feita. Com essas respostas percebemos que, até mesmo os indivíduos bilíngues não se reconhece como tal, não se percebe como falante da variedade italiana, mesmo utilizando-a para fazer isso não se permite assumir sua biculturalidade, parece, dessa forma, que o medo da repressão continua os impedindo de expressar-se.

Nº 10 - *(para os bilíngues italiano-português) E come gheto imparà el portoghese? Con che età?/ E como é que aprendeu o português? Com que idade? (vide Pertille, 2009);/ E come si impara portoghese? A che età?*

Apenas o inf. 1 respondeu a essa pergunta, afirmando que aprendeu português principalmente na escola, como acontecia com muitos indivíduos que apenas sabiam a variedade italiana e, apenas aprendiam o português na escola, às vezes com muita

dificuldade, pois o sistema escolar não estava preparado para lidar com sujeitos que tinham como língua materna outra língua que não fosse a língua portuguesa. Outro comentário do informante foi que aprendeu português porque praticou muito, isso pode ser um indício de que devido a dificuldade de aprender o português na escola, percebeu que teria que praticar a língua portuguesa e abandonar a variedade italiana que sabia, porque lhe diziam que era sua língua materna que atrapalhava o aprendizado, e assim, muitos ao entrar para a escola relacionaram a dificuldade de aprender português ao conhecimento que tinham em outra língua e, foram levados a aos poucos usar apenas o português.

Nº 11 - *(Só para os monolíngues em português) Como é que se deu de você não falar a língua de origem de seus antepassados, mesmo com pais/avós que falam ? (vide Pertille, 2009 – adaptado).*

Os inf. 2, 3 e 4 afirmam não ter aprendido porque desde criança os pais falavam com eles em português, mesmo que soubessem a variedade minoritária. O inf. 1 diz que lamenta não ter aprendido o “italiano verdadeiro, da própria Itália”. E o inf. 6 afirma que foi “uma escolha livre, porque quando ia para a escola ninguém falava italiano, era brasileiro.”, e para o inf. 5 a pergunta não foi feita. A resposta que consideramos mais interessante para análise é “foi uma escolha livre, porque quando ia para a escola ninguém falava italiano, era brasileiro”, percebemos que o informante diz que *escolheu livremente* falar português, mas depois complementa: “porque ninguém falava italiano”, percebemos então, que na escola a única língua permitida era o português e, por isso, ninguém falava italiano, dessa forma, a “escolha” do informante não foi, na verdade, livre, mas sim uma imposição do Estado.

Nº 12 - *(Só para monolíngues em português) Lamenta ou não o fato de não falarem a língua de origem, hoje? (vide Pertille, 2009).*

Os inf. 1, 2, 3, 4 e 5 afirmam lamentar o fato de não ter aprendido a variedade italiana, apenas o inf. 6 que, na verdade utiliza o italiano, diz que não lamenta, que nunca sentiu falta dessa língua. Percebemos ao analisar as respostas dos informantes a essa pergunta algo que parece comum a todos os descendentes de italianos que não aprenderam a língua dos pais ou dos avós, um sentimento de ruptura da cultura, um sentimento de perda linguística e cultural, uma ruptura até mesmo nos vínculos familiares, uma vez que, avós e netos, pais e filhos, não falam a mesma língua.

Nº 13 - *(para bilíngues italiano-português) Gheto orgòlio o vergogna de la maniera che te ghè de parlar?/ Você/tu tem orgulho ou vergonha de seu modo de falar? (vide Pertille, 2009);/ Voi ghá orgoglio o vergogna del modo di parlarew?*

Apenas os inf. 1 e 5 responderam essa pergunta, dizendo que sentem vergonha porque não sabem direito, porque gostariam de saber o italiano da Itália e não esse que eles consideram misturado. Podemos inferir pela resposta dos dois entrevistados, que muitos indivíduos muitos sentem vergonha, da variedade italiana presente no sul do Brasil, principalmente por não falarem o italiano padrão, não tem consciência da riqueza do seu conhecimento linguístico. Contudo, podemos relacionar essa ideia de “italiano misturado”, com o que afirma Coseriu (1982), que entre língua e dialeto não existe diferenças além do *status* social e histórico atribuído a ela, ou seja, o que existe entre o “italiano da Itália” e “italiano misturado”, é essa diferença, sendo que o *status* de uma língua é formado ideologicamente, muitas vezes relacionado ao *status* das pessoas que a utilizam, a serviço do poder e do controle. É preciso ainda que os falantes saibam disso para que possam defender sua língua e seu direito de utilizá-la.

Considerando as questões acima citadas, podemos perceber que a variedade italiana está presente para poucos como língua ainda usada na família e, para outros como uma lembrança, às vezes da infância, relacionada aos avós. É possível notar também que os indivíduos, falantes da variedade italiana não se assumem como tal, dizem que falam apenas português, mesmo quando utilizam o italiano para fazer isso. As gerações mais novas afirmam ter ouvido seus avós e, alguns, até mesmo os pais falando italiano, contudo apenas ouviram, alguns conseguiram desenvolver a habilidade de compreensão auditiva, outros, nenhuma das habilidades. Porém, dos 6 inf. que analisamos, 5 afirmam lamentar o fato de não ter aprendido.

Alguns dos informantes que lamentavam não ter aprendido o italiano, referiam-se ao “italiano da Itália”, ou seja, o italiano padrão, pois a língua que falavam tinha “mistura”, era “regionalizado”, percebemos assim, dos próprios descendentes de italianos, alguns até falantes dessa variedade, rejeitá-la como língua, atribuindo-lhe um *status* inferior ao “italiano da Itália”.

A partir das respostas analisadas, fica evidente que qualquer política linguística implantada a favor da variedade italiana pode gerar problemas, uma vez que, os indivíduos não a veem como língua, não reconhecem que são bilíngues. Sabemos que o ideal seria, conforme nos explica Calvet, construir políticas linguísticas *in vivo*, contudo

como fazer isso se a comunidade, nesse caso Chapecó-SC, por diversos fatores não se reconhece como bilíngue? Como planejar a manutenção de uma língua que muitos pensam que não está mais presente? Diante disso, percebemos que nosso trabalho caminha na direção correta, refletir sobre ações de política linguística capazes de favorecer a manutenção do *talian* em Chapecó-SC.

4. Proposta de política linguística para a manutenção do *talian* em Chapecó – SC

A partir dos dados analisados, percebemos que os informantes, apesar de terem contato com a variedade italiana e lamentar não terem aprendido, não compreendem a importância da manutenção dessa língua e não sabem que aprendê-la é um direito que todos têm. Sendo, dessa forma impossível que a própria comunidade reivindique seu direito linguístico como afirma a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (2003). Por isso, nossa proposta é a criação de uma política *in vivo* (Calvet,2007), uma vez que é pensada a partir da análise da comunidade de pesquisa, que seja capaz de demonstrar a importância, o valor da variedade *talian* presente em Chapecó, com o objetivo de conscientizar os indivíduos.

Deparamo-nos nessa etapa do trabalho com o questionamento que perpassa a discussão de Calvet, “em que medida o homem pode intervir sobre a língua ou sobre as línguas?” (Calvet, 2007, p.160). Além disso, como podemos intervir? Destacando que, apesar de darmos sugestões, não encerraremos essa discussão aqui, o que pretendemos propor são opções, que devem ser analisadas, reformuladas e adequadas para que possam ser implantadas, o importante é que abrimos o espaço para essa reflexão e que, a partir desse trabalho outros estudos possam ser realizados.

Elencaremos aqui, algumas características que percebemos para que possamos refletir sobre qual seria a forma mais eficiente para contribuir com a manutenção. A partir do que relataram os inf., podemos inferir que são os mais velhos os que mantem a variedade italiana e, em contrapartida, os mais jovens tem apenas lembranças de ouvir avós ou pais falando. Porém, se quisermos manter a língua, precisamos que o conhecimento mantido pelos idosos seja repassado aos mais novos. Outro fator importante é que, a variedade em questão é essencialmente oral, não é a

língua italiana padrão e, por isso, dificilmente uma escola abriria as portas para ela, pois não seria exequível e, nem é essa nossa ideia aqui.

Um dos aspectos a ser considerado é a relação da variedade italiana e sua presença mais marcante na área rural, com pessoas menos escolarizadas e mais velhas, que como sabemos não tem prestígio social e muitas vezes enfrentam preconceitos. Outro ponto relevante é em relação à comunidade em questão estar em crescente urbanização, recebendo povos de outros países, o prestígio cada vez maior das línguas estrangeiras modernas e a desvalorização das outras.

Considerando todos esses aspectos e acreditamos que uma política favorável à manutenção do *talian* em Chapecó –SC, poderia seguir ainda sem a intervenção do Estado, uma vez que, é muito provável que o governo local não se interessaria por esse tema. A partir disso, pensamos em duas instâncias em que poderíamos agir a favor de uma política de manutenção do *talian*. A escola e a comunidade, discutiremos a seguir uma das formas para fazer isso.

Como já dissemos, a variedade estudada aqui é o *talian*, língua formada no contato entre variedades do italiano e o português do sul do país, ou seja, uma variedade distinta do italiano padrão e, por isso, certamente não teria espaço como disciplina curricular na escola e nem é isso que pretendemos com esse trabalho. Nossa ideia vai ao encontro do que podemos chamar de educação plurilíngue como definem Altenhofen e Broch (2011):

“[...] implica de um lado em uma maior presença da pluralidade linguística nos contextos escolares. Mas não apenas isso. A sua implementação abre também caminho para um diálogo intercultural e interdisciplinar, propiciando uma interação mais estreita e mais real com a própria população brasileira, sua história e diversidade cultural.” (ALTENHOFEN; BROCH, 2011, p.17).

Acreditamos que deveria haver na escola, um diálogo entre as línguas, pois somente dessa forma a educação irá se tornar plurilíngue. O ideal seria que houvesse um intercambio contínuo entre as línguas e não um sentimento de rivalidade que é muitas vezes percebido, até mesmo pela forma de oferta: duas línguas em um mesmo horário e os alunos devem escolher apenas uma. O ideal seria seguir o que foi determinado na Declaração Universal dos Direitos Linguístico (2003), em que é garantido: Artigo 28 - Toda comunidade linguística tem direito a uma educação que permita aos seus membros a aquisição de um conhecimento profundo de seu patrimônio cultural (história,

geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o máximo domínio possível de qualquer outra cultura que desejam conhecer. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a pluralidade cultural afirmam que:

“Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa, idioma oficial, significa não só ampliação de horizontes, como também compreensão da complexidade do país. A escola tem a possibilidade de trabalhar com esse panorama rico e complexo, referindo-se à existência, estrutura e uso de centenas de línguas. Pode, com isso, além de oferecer informações e possibilitar reflexões sobre a língua materna, promover a compreensão de como se constituem identidades e singularidades de diferentes povos e etnias, considerando as diferentes línguas (o bilingüismo e o multilingüismo) e linguagens presentes nas diversas regiões do Brasil e de outros países.” (BRASIL, 1998, p.133).

Dessa forma, levar a discussão sobre o *talian* para a escola é papel dos professores, discutir questões sobre identidade linguística e multilinguismo, demonstrando a pluralidade do Brasil, abrindo espaço, posteriormente, para outras línguas e contribuindo para o que Altenhofen e Broch consideram uma pedagogia do plurilinguismo “[...] que tem como fundamento central o objetivo de desenvolver nos indivíduos uma postura para a pluralidade linguística, ou seja, para o ‘ser plural’ diante da diversidade e dinamicidade do mundo como observamos em nossos dias.” (Altenhofen; Broch, 2011, p.20).

Em conformidade com isso, pensamos que os professores de língua deveriam elaborar um projeto conjunto em favor da pluralidade linguística. Professores de língua portuguesa, língua inglesa, língua espanhola (são as mais comuns), poderiam juntar-se para falar **sobre** língua, discutindo todos os aspectos que estão envolvidos, desde os políticos, os sociais, econômicos e, aos poucos retomar a história linguística brasileira e do município em questão.

Essas atividades poderiam acontecer no período de um mês e, ao final, chegariam à língua, essencialmente oral, mais presente no local: o *talian*. Como atividade final, os alunos poderiam fazer uma pesquisa com familiares, vizinhos ítalo-brasileiro para descobrir se ainda existam pessoas que falam essa variedade, depois de saber quem fala, os alunos reuniram-se em grupos e criariam um dicionário temático da variedade *talian* para o português com o auxílio do professor e do falante da comunidade. Ao final, os alunos poderiam juntar todos os temas pesquisados, imprimi-los e apresenta-los para os pais e a comunidade em um evento na escola.

Poderíamos propor, além de uma atividade em âmbito escolar, uma em âmbito comunitário, uma vez que, segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (2003), Artigo 12:

“1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a organizar e gerir os recursos próprios, com a finalidade de assegurar o uso de sua língua em todas as funções sociais. 2. Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor dos meios necessários para assegurar a transmissão e a continuidade futura de sua língua.”

Poderia ser organizada da seguinte forma, escolhe-se uma comunidade em que há ainda a presença do *talian*, e sugere-se que a cada quinze dias seja feito um encontro com comidas típicas dos ítalo-brasileiros e contação de histórias em *talian*, pois nossa prioridade é a língua. Para que toda a comunidade se envolvesse poderíamos dividir as tarefas da seguinte forma: os mais velhos, contariam as histórias, os adultos de meia idade fariam os pratos típicos e os jovens gravariam as histórias em áudio, e ao final de um semestre poderiam encenar uma das histórias contada para toda a comunidade. Além da apresentação teatral, a história poderia ser escrita em *talian*, impressa e distribuída à comunidade, para realizar essa etapa do projeto seria importante a colaboração de outras instituições como universidades que pudessem ajudar a escrever e revisar o texto escrito, principalmente a Universidade de Caxias do Sul, que, já a algum tempo desenvolve projetos de escrita do *talian*.

Através das duas propostas poderíamos demonstrar à comunidade a importância e a riqueza de sua língua e, assim, o *talian* poderia mudar seu *status* de língua sem prestígio para uma posição de mais prestígio, valorizaríamos a cultura e a comunidade local, além de aproximar gerações e compartilhar conhecimento e experiências.

5. Considerações finais

Com esse estudo, podemos perceber que uma intervenção é necessária se quisermos manter a variedade *talian* viva na comunidade chapecoense. Consideramos que esse é um dos primeiros estudos realizados nesse município e, diante da sua situação linguística, outros poderão surgir. Sabemos também que nossas ideias devem

ser analisadas com rigor e não são as únicas possíveis. Porém, por serem as primeiras reflexões sobre política linguística em Chapecó merecem atenção.

Nos propomos nesse trabalho a cumprir três objetivos específicos, sendo eles:

a) descrever e analisar dados sobre a comunidade de pesquisa, fizemos isso a partir dos dados do ALCF-OE, nessa etapa, conseguimos perceber a formação bilíngue da comunidade, mesmo encoberta por preconceitos e desconhecimento em relação às línguas, descrevemos então o bilinguismo, a relação dos falantes com a língua, analisamos cada aspecto que consideramos relevante para compreender a situação da comunidade;

b) identificar a relevância da manutenção linguística da variedade *talian* em Chapecó, a partir da descrição e da análise, percebemos que, apesar do não reconhecimento dos falantes do seu bilinguismo e da sua formação bicultural, essas características ficavam evidentes em muitas respostas dadas e, assim a relevância foi detectada;

c) propor estratégias a favor de uma política de manutenção do *talian* na comunidade de pesquisa, realizada na última parte do trabalho, depois de descrever, analisar e identificar a relevância da manutenção linguística do *talian* em Chapecó, propomos duas estratégias para uma política linguística favorável, uma no âmbito escolar e outra, no âmbito comunitário.

O objetivo geral era promover uma reflexão acerca de uma política de manutenção linguística do *talian* no município de Chapecó, SC, acreditamos que durante todo o trabalho, discutimos aspectos relacionados à língua e a sua manutenção e ao final, mais especificamente, voltamos à discussão para uma política linguística capaz de demonstrar ao falante a importância da manutenção do *talian* em Chapecó.

Dessa forma, consideramos que conseguimos realizar nossos objetivos, sabemos, porém que essa discussão não se encerra aqui, ainda há muito para pesquisar, analisar, mas principalmente, agir. Nos propomos aqui a refletir sobre ações de política linguística a favor da manutenção do *talian*, sabemos que esse foi um passo importante, mas, apenas isso não garante a manutenção. Entendemos esse trabalho como um desafio lançado para que trabalhos futuros possam estudar, avaliar, reformular nossas sugestões e torna-las ações. Esperamos que nosso trabalho seja apenas um dos passos em favor da manutenção linguística do *talian* em Chapecó- SC.

REFERÊNCIAS

AGUILLERA, Vanderci de Andrade; BUSSE, Sanimar. **Contato linguístico e bilinguismo: Algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística.** 2008, p.11-25.

ALTENHOFEN, Cléo V. **O conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilinguismo (alemão-português).** Porto Alegre, 2002.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil.** 2004.

ALTENHOFEN, Cléo V. **O status de brasilidade das línguas de imigração em contato com o português.** I Fórum Internacional da Diversidade Linguística, UFRGS, Porto Alegre, 2007, p.25-40.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson e Morello, Rosângela. **Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas.** In: **VI Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas.** Porto Alegre, 2013, p.19-26.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual.** Revista de Letras Norte@mentos – Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Edição 12, 2013/2.

ALTENHOFEN, Cléo V. ; **BROCH, I. K.** . Fundamentos para uma pedagogia do plurilinguismo baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: **V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 2011, Montevideo.** V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 2011, Montevideo. V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, 2011, Montevideo. Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2011. p. 15-24.

ALTENHOFEN, Cléo V., OLIVEIRA, Gilvan Müller. **O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil.** In: Os contatos linguísticos no Brasil. Org. Heliana Mello, Cléo V. Altenhofen, Tommaso Raso, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2011, p.187-216.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Linguística.** 1998

.BORN, Joachim. **O environnement linguistique nos estados do sul do Brasil: A penetração do português pelo alemão, o italiano e outros idiomas.** In: , Madrid, 2004, p.131-145.

BORSTEL, Clarice Nadir Von; MARTINY, Franciele Maria. **AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE LÍNGUAS DE IMIGRANTES.** Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR, 2012.

BORTOLOTTI, Paula Cristina Merlo. **O *Talian* na fala dos ítalo-brasileiros em Chapecó – SC e Pato Branco – PR: manutenção e substituição dos termos de parentesco.** 2015.

BROCH, Ingrid Kuchenbecker. Pluralidade Linguística no Currículo Escolar. Revista Sociodialeto, Volume 2, no 2, Campo Grande, 2012.

CALVET, Louis-Jean. **SOCIOLINGUÍSTICA: uma introdução crítica.** Traduzido por Marcos Marcionillo. São Paulo, Editora Parábola, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** Editora Parábola, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Marilda C. **Estudos sobre a educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil.** Revista D.E.L.T.A. , Vol. 15, nº especial, 1999.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología.** Instituto de Investigaciones Filológicas, México, 1982.

CUMMINS, Jim. **Língua mãe das crianças bilíngues: Por que é importante para a educação?** Universidade de Toronto.

HORST, Aline. **Sobre o projeto “Educação continuada da cultura vestfaliana para professores do município de Westfália”.** In: VI Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Porto Alegre, 2013, p.113-121.

HORST, Cristiane. **“A dinâmica dos nomes próprios de pessoas e comuns de parentesco em uma comunidade de contato alemão-português do sul do Brasil.** Ed. Kiel, Westensee-Verl, 2011.

IBGE. **O Brasil indígena.** Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada.html>, acessado em 06 de outubro de 2015.

KRUG, Marcelo Jacó. **Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de imigrante – RS.** Porto Alegre, 2004.

MARTINY, Franciele Maria; BORSTEL, Clarice Nadir Von. **As políticas linguísticas de línguas de imigrantes.** Anais do X Encontro do CELSUL, Paraná, 2012.

MARGOTTI, Felício Wesling. **Difusão sócio-geográfica do Português em contato com o Italiano no Sul do Brasil.** Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (Org.). **Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística.** Campinas-SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Política Lingüística na e para além da Educação Formal.** Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan M. **Plurilinguismo no Brasil.** Brasília, julho, 2008.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. **Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico.** Revista Linguagem, 11ª edição, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de; ALTENHOFEN, Cléo V.. **O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil Inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade.** In: Os contatos linguísticos no Brasil. Org: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. **Políticas Linguísticas como Políticas Públicas.**

PERTILLE, Marley Terezinha. **O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho.** Porto Alegre, 2009.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.** 2 ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. **Os contatos linguísticos e o Brasil Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas.** In: Os contatos linguísticos no Brasil. Org: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2011, p.13-56.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2ª edição, São Paulo, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Ed. Cultrix, São Paulo, 2006.

THUN, Harald. **A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata**. In: Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul / organizado por Ana Maria Stahl Zilles. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

VITRAL, Lorenzo. **Língua Geral versus Língua Portuguesa: A influência do “processo civilizatório”** In: **Para a história do português brasileiro**. Vol. II, Tomo II – Primeiros estudos, 2001, p. 303-315.

RESÚMEN: Comprendemos Brasil como un país plurilingüe dónde el contacto lingüístico hace parte de la historia. Desde la llegada de los europeos, culturas y lenguas diversas entraron en contacto. Nuestro enfoque, sin embargo, está en el contacto de las lenguas de inmigración italiana que llegaron con los inmigrantes al sur del país a partir del final del siglo XIX. Nos dedicaremos principalmente, en la variedad *talian*, variedad que constituyó las comunidades que se formaron en Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná. Debido su importancia, el uso de esa variedad permanece presente en muchas comunidades como apunta una investigación reciente de Bortolotto (2015), demostrando que en nuestra comunidad de investigación, Chapecó – SC, todavía se habla el *talian*, como lengua de la familia, en el contexto doméstico, sin embargo la tendencia es la sustitución por el portugués. A partir de esa constatación, surgió nuestro cuestionamiento si algo podría o debería ser hecho en favor del *talian*. Iniciaremos esa investigación describiendo y analizando datos extralingüísticos colectados por el proyecto *Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCF-OE)*, en que identificamos lo que piensan y cual el sentimiento de los hablantes con relación a la lengua de la familia. Después, a partir del análisis de esos datos, percibimos la relevancia de la manutención del *talian* y, al final, propusimos estrategias de concientización lingüística *in vivo*, de acuerdo con Calvet (2007), en pro de una política lingüística de manutención.

PALABRAS-CLAVE: Política lingüística; manutención lingüística; contacto lingüístico; portugués-*talian*.